



Os Meios de Comunicação como Propagadores das Políticas Públicas Direcionadas aos Deficientes Auditivos¹

Aline PRZYBYSEWSKI²
Celina do Rocio Paz ALVETTI³
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PR

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo verificar de que modo o jornalismo apresenta os direitos e benefícios que as políticas públicas oferecem aos deficientes auditivos na produção das reportagens. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade. Cinco jornalistas que escrevem para sites de veículos paranaenses participaram da pesquisa, mostrando quais as suas contribuições para que o tema esteja nas pautas diárias. Conclui-se que o jornalismo cívico é alternativa à escassez de reportagens sobre as políticas públicas para os deficientes auditivos. O jornalista é o agente principal neste contexto, uma vez que sugere, defende e executa as pautas.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; políticas públicas; deficiência auditiva.

1. Introdução

A sociedade contemporânea tem como uma de suas principais marcas o processo de globalização. Tal realidade transforma as relações e torna as informações mais acessíveis à população. Nos meios de comunicação, as pessoas buscam por assuntos que as interessem e coloquem a par do que ocorre pelo mundo.

Dentro da perspectiva da comunicação, o jornalismo cívico defende que a função dos meios de comunicação vai além do simples informar e tem como premissa a participação popular. Envolvendo esse contexto social que se apresenta, inclui-se a atuação dos meios de comunicação, enquanto propagadores das informações relevantes acerca das políticas públicas oferecidas aos deficientes auditivos.

O objetivo é o de verificar de que modo o jornalismo apresenta os direitos e benefícios que as políticas públicas oferecem aos deficientes auditivos na produção das reportagens.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior, do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Graduada no Curso de Comunicação Social ó Jornalismo, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná ó PUC-PR, email: aline5prz@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Mestre em Arte ó Cinema pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora do curso de Jornalismo da PUCPR, email: alveti@uol.com.br



As metodologias utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa qualitativa, por meio da entrevista em profundidade, tendo como marco teórico Lindomar Wesler Boneti, Nelson Traquina e Mário Mesquita. Em consulta aos sites oficiais foram identificadas as políticas públicas brasileiras, disponibilizadas pelo poder público para os portadores de deficiência, dentre eles os deficientes auditivos.

As entrevistas foram realizadas com cinco jornalistas que escrevem para *sites* do estado do Paraná, em que os questionamentos pretendiam constatar como é abordada a temática políticas públicas para pessoas com deficiência e de que forma a fazem, na produção das reportagens.

Os jornalistas entrevistados foram: Anna Simas - Gazeta do Povo; José Carlos Fernandes - Gazeta do Povo; Mario Akira - Bem Paraná; Rafael Bonfim - Gazeta do Povo; Rosana Félix - Gazeta do Povo.

2. Políticas públicas no Brasil

Para iniciar a análise das políticas públicas, é relevante mencionar a premissa de que há uma relação entre Estado, classes sociais e sociedade civil, para que, a partir disso, elas surjam. Diante desta constatação, entende-se que cada período da história resulta em ideologias, que passam a ser verdades incontestáveis. Para tanto, existe uma ligação entre as produções econômica e cultural, além dos interesses de grupos dominantes (BONETI, 2011).

As políticas públicas devem estar acompanhadas de um qualificador, como por exemplo, políticas públicas educacionais, sociais, de saúde, entre outras. Elas são formuladas pelo poder público a nível federal, estadual e municipal, para atender as demandas específicas dos diferentes grupos da sociedade. Existem também, os programas e atividades promovidas por movimentos sociais, que visam viabilizar a inclusão de solicitações na pauta da construção das políticas públicas brasileiras.

Porém, antes de detalhar o tema no que diz respeito ao Brasil, é necessário realizar uma breve apresentação das diversas definições de políticas públicas, pois existe certa complexidade na teoria que envolve a temática. Souza (2006, p. 24) afirma que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Theodor Lowi (apud SOUZA, 2006, p.28) afirma que a política pública faz a política e defende que cada tipo de política pública se depara com diferentes maneiras de rejeição ou apoio.



Na busca por definir o termo, Souza (2006) descreve os quatro formatos de políticas públicas apresentados por Lowi. A primeira concepção é a das políticas distributivas, em que o governo toma decisões que privilegiam determinados grupos sociais ou regiões, desconsiderando assim, a limitação dos recursos, o que acaba por resultar em favorecimentos individuais. O segundo formato é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse (SOUZA, 2006, p.28). A terceira conceituação é a das políticas redistributivas, que tem um maior alcance gerador de perdas concretas, em pouco tempo, para certos grupos sociais e ganhos irresolutos e futuros para outrem. Estas, em geral, são as políticas sociais universais, as que apresentam dificuldade para serem encaminhadas. O quarto modelo é o das políticas constitutivas, que trabalham com procedimentos. Cada uma [...] vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (SOUZA, 2006, p.28).

Segundo Castro (2008, p. 66, grifo do autor), na perspectiva da ciência política, existem duas definições para entender o que são as políticas públicas. A primeira é de autoria de Bruno Jobert e Pierre Muller (1987) que definem: política pública é o Estado em ação. Sendo que nesta abordagem, não são necessariamente estatais, o que deve ser levado em consideração é que uma política só é pública se o Estado atuar como um agente importante.

A segunda definição, concebida por Marshall, está mais relacionado à política social, alicerçada na democracia liberal e na social-democracia. Nesta conceituação, as políticas públicas sociais englobam todos os bens produzidos para beneficiar a sociedade em diferentes aspectos, como educação, saúde, emprego, entre outros. Porém, esta ideia foi sendo empobrecida por especialistas com o passar dos anos (CASTRO, 2008).

Em uma visão mais conceitual, Souza (2006, p.24) afirma que, dentre os fundadores das concepções de políticas públicas, a definição mais conhecida é a de Lasswell, que em síntese traduz as decisões e análises sobre políticas públicas com base nos seguintes questionamentos: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

As políticas públicas nem sempre têm como papel central suprir demandas da população. Isso acontece porque, em alguns casos, pode incidir a geração de uma falsa carência para atender interesses particulares. Neste sentido, o que se busca é a manutenção do sistema político e/ou grupo governante. Diante disso, os



representantes do poder público são pessoas privilegiadas, que decidem como será aplicado o dinheiro público e, portanto, como será elaborada uma política pública (BONETI, 2011, p.53).

A atual configuração da população com a participação da sociedade organizada, que inclui os movimentos sociais e ONGs, possibilita uma ligação mais direta destes grupos representativos com a elaboração e gestão das políticas públicas. Mesmo não existindo igual poder se comparado ao Estado, estes agentes tem papel considerável neste cenário (BONETI, 2011). Assim:

A presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral torna a publicização fundamental. As políticas públicas [...] se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais (TEIXEIRA, 2002, p.2).

No Brasil, após as políticas públicas percorrerem o crivo do poder judiciário, o setor seguinte é o dos burocratas. Apesar de se dar pouca importância a esta categoria, são eles os técnicos que transformam as políticas públicas em projetos de intervenção na realidade social com medidas administrativas ou com investimentos. A relação com o grupo dominante é de obediência. Este setor também mantém compromissos com certos grupos da sociedade civil e, no diz respeito à diminuição do tempo em que estão de posse dos técnicos, há a pressão destes grupos para que sejam favorecidos no processo de elaboração (BONETI, 2011, p. 68).

Em tese, toda política pública deve ser pensada para que, quando executada, suscite o desenvolvimento das pessoas e promova benefícios para todos. Porém, na realidade, todas elas atendem demandas específicas, mesmo quando efetuam o bem comum, pois os grupos de poder que têm interesses organizados detém influências que afetam o desempenho e a implementação das políticas (CASTRO, 2008, p. 69).

Delimitando a análise das políticas públicas para as pessoas com deficiência, como detalhado na sequência, cabe informar que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 24% dos quase 46 milhões de brasileiros declarou possuir algum tipo de deficiência. Dentre este percentual, a deficiência auditiva representa um total de 9,7 milhões de pessoas.



2.1 Políticas Públicas e a Deficiência

No Brasil, as principais prerrogativas voltadas para atender a pessoa com deficiência estão inseridas no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite. O projeto foi aprovado como emenda constitucional e instituído pelo decreto nº 7.612, em 17 de novembro de 2011, e foi formulado com base no documento desenvolvido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, realizada no ano de 2006. No plano são contemplados benefícios referentes ao acesso à educação, inclusão social, programas de habitação, acessibilidade e atenção à saúde (BRASIL, 2011).

Dentre estes, há o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que oferece mensalmente o pagamento de um salário mínimo para idosos e pessoas com deficiência que estão impossibilitadas de exercer função no mercado de trabalho. Em ambos os casos, para receber o benefício, a renda per capita familiar do cidadão deve ser inferior a um quarto do salário mínimo vigente (BRASIL, 2013).

No que compete à educação pública, o órgão específico responsável pelo assunto é a Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE). São suas responsabilidades projetos como o Programa Escola Acessível; Transporte Escolar Acessível; Formação Continuada de Professores na Educação Especial; e BPC na Escola - Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência. Existem ainda os programas Acessibilidade à Educação Superior; Educação Inclusiva: direito à diversidade; Livro Acessível; Prolibras; Centro de Formação e Recursos; e Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas (BRASIL, 2013).

Na área da saúde, há a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela portaria do Ministério da Saúde, MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002, que prevê assistência, prevenção e demais tratamentos conforme a necessidade de cada pessoa, a depender do tipo de deficiência (BRASIL, 2002).

Na esfera nacional, órgãos representativos foram criados em prol do deficiente. Exemplo disso é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais em diversas áreas. O CONADE integra a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência (BRASIL, 2013).



No mercado de trabalho, existe a lei que estabelece um determinado número de vagas que deve ser destinado às pessoas portadoras de deficiência em empresas de médio e grande porte. A implementação dessa política está prevista no artigo 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Neste caso, a fiscalização do cumprimento da legislação cabe ao Ministério do Trabalho (ÂMBITO JURÍDICO, 2013).

Na esfera estadual, o Ministério Público do Paraná (MPP) possui um Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CAOPIPPD). Toda a legislação brasileira existente para o público está disponível no site do órgão. Quanto ao acesso às informações pertinentes aos portadores de deficiência e demais interessados, diversos órgãos nacionais e internacionais desenvolveram e mantêm o Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (SICORDE). Trata-se de um sistema que detém uma base de dados sobre políticas e ações voltadas a este público (PARANÁ, 2013).

O responsável por garantir os direitos da pessoa portadora de deficiência é o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (COEDE), presente na administração do Governo do Estado do Paraná. (PARANÁ, 2013)

A partir de discussões do poder público e da sociedade civil, as leis passam a ser reformuladas por meio de decretos ou resoluções que alteram a legislação vigente, visando adaptar-se às demandas vindas com passar dos anos. Desta forma, políticas específicas surgem para diferentes grupos da sociedade. Como é o caso dos deficientes auditivos.

2.1.1 As políticas públicas para os deficientes auditivos

Ao tratar das políticas públicas voltadas aos deficientes auditivos, cabe citar a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, instituída em portaria 2.073, de 28 de setembro de 2004. Essa medida traz em seu texto detalhes acerca das ações de saúde pública para este público, como prevenção e identificação prévia de problemas auditivos. Para tanto, prevê a realização de atividades informativas, educativas, além de orientação familiar (BRASIL, 2004).

A realização das ações citadas cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS), que considera a saúde auditiva nos seguintes grupos: gestantes, recém-nascidos, pré-escolares, escolares, jovens, trabalhadores e idosos. O SUS contempla ainda a



realização de exames básicos e complexos, além da disponibilização gratuita de aparelhos auditivos e implante coclear (BRASIL, 2010).

A portaria nº 1.278, de 1999, estabelece normas e critérios para a realização da cirurgia de implante coclear. Porém, para conseguir o direito à cirurgia, o paciente deve se encaixar em uma série de exigências. Dentre elas estão o uso prévio da prótese auditiva, durante o período mínimo de três meses, a fim de verificar se haverá adaptação e resposta auditiva satisfatória. No caso dos adultos, observa-se a adequação psicológica e interesse em realizar a cirurgia. Para as crianças, um dos critérios é a participação familiar, tanto em relação à motivação quanto ao acompanhamento durante o tratamento pré e pós-cirúrgico. Outro critério necessário para a aprovação da cirurgia, é que existam condições de reabilitação na cidade de origem do implantado (BRASIL, 1999).

O decreto nº 6.523, de 2008, regulamenta Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e exige que as empresas dispensem um número de telefone específico para atender, em caráter preferencial, pessoas com deficiência auditiva ou de fala (BRASIL, 2008). No âmbito do serviço telefônico existe o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva, instituído pelo decreto nº 6.039, de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007).

Ao tratar da educação, o capítulo 3 do decreto 5.626 de dezembro de 2005, torna obrigatória a inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior. Isso também é válido para cursos de Fonoaudiologia em instituições de ensino públicas e privadas, dos sistemas federal, estadual e municipal de ensino (BRASIL, 2005).

Dentre todo o processo apresentado acerca das políticas públicas, desde seus conceitos até sua aplicabilidade, se faz necessário tratar da abordagem dada pelos meios de comunicação para o tema. Determinou-se isso à discussão porque se entende que os meios de comunicação são responsáveis por difundir informações de interesse público. Portanto, ao exercer o jornalismo cívico ouvindo a população a fim de conhecer seus desejos e necessidades, o comunicador pode atuar como mediador de notícias que, de fato, beneficiem a sociedade.

3. Como os meios de comunicação trabalham as políticas públicas



Ao questionar qual é o papel do jornalista na cobertura das políticas públicas brasileiras, faz-se necessário considerar o fato de que são diversos os procedimentos que integram uma ação benéfica a determinada parcela da sociedade. Portanto, a tarefa do profissional que acompanha o processo de produção de informação não é fácil, já que, cercada por diversas burocracias, abrange desde a identificação da demanda e personagens até a produção e divulgação do conteúdo.

A imprensa tem um papel fundamental neste debate urgente sobre a gestão dos recursos públicos, a partir de critérios de eficiência, é fundamental divulgar estudos que relacionam políticas públicas com determinados indicadores [...] Os jornalistas devem também cobrar do governo o acompanhamento mais rigoroso dos resultados dos gastos públicos (SOLIANI, 2008, p.165-166).

A perspectiva do jornalismo cívico surge como alternativa e tem como fundamento principal a possibilidade de dar maior atenção aos temas abordados, já que altera a forma como as notícias são habitualmente expostas pelo jornalismo diário. Acredita-se que somente assim os cidadãos podem participar ativamente da vida em sociedade. Em vez de saltar de acontecimento em acontecimento, seria desejável aprofundar as matérias relevantes de modo a focar nelas a atenção da comunidade (TRAQUINA; MESQUITA, 2003, p.19).

Considerando isso, é necessário observar como a mídia aborda os temas relativos às políticas públicas voltadas aos deficientes no Brasil. Para tanto, foram feitas entrevistas em profundidade com comunicadores que escrevem para jornais do estado do Paraná, a fim de constatar como, no veículo de comunicação em que trabalham, tal assunto é abordado e de que forma o fazem na produção das reportagens.

3.1 A opinião dos jornalistas

Foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de entrevista em profundidade, o procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.195). Foram entrevistados cinco jornalistas que escrevem sobre políticas públicas para os veículos paranaenses Bem Paraná e Gazeta do Povo, os quais são tradicionais quando realizam a abordagem de assuntos relacionados às políticas públicas, têm grande circulação no Estado e também possuem versão online.

O jornal Bem Paraná, antigo Jornal do Estado, tem 30 anos de história, e em seu portal web intitula-se como o portal paranaense. Notícias de Esporte, Política, Cultura,



Promoções e muita informação do Brasil e do mundo atualizadas em tempo real. Já o jornal *Gazeta do Povo*, integra o Grupo Paranaense de Comunicação e está em circulação há 94 anos. O veículo também possui versão online e é apresentado no site do Grupo como um jornal que está sempre ao lado do seu povo expressando, além da informação, diferentes opiniões para que cada leitor forme seus próprios conceitos. Líder em circulação do Paraná.

Os profissionais entrevistados escrevem para editorias, como educação, geral e política, nas quais é possível abordar a temática central do projeto aqui apresentado. Os profissionais entrevistados foram: Anna Simas - *Gazeta do Povo*; José Carlos Fernandes - *Gazeta do Povo*; Mario Akira - *Bem Paraná*; Rafael Bonfim - *Gazeta do Povo*; Rosana Félix - *Gazeta do Povo*.

Dentre os questionamentos levantados junto aos profissionais de jornalismo entrevistados, a primeira pergunta diz respeito ao papel dos meios de comunicação na sociedade. As opiniões diferem em alguns pontos, porém, tem em comum a posição de que são representantes da sociedade, bem como um espaço para debater diferentes assuntos de interesse público.

Para José Carlos Fernandes (2013), cabe aos veículos de comunicação, garantir a pluralidade de opiniões, gerar políticas públicas, identificar tendências, garantia de direitos, promover valores e desenvolvimento, entreter e também fazer a vigilância do poder público. Concordando e complementando a ideia, Félix (2013) afirma que é dever dos meios de comunicação informar a população sobre os acontecimentos que os impactam individualmente, mas, principalmente, os que atingem a comunidade. Em termos ideais, os meios devem contribuir para o desenvolvimento social e econômico de suas regiões (FÉLIX, 2013).

Quanto à contribuição dos meios de comunicação, em garantir o acesso e participação das pessoas nas decisões de interesse público, Akira (2013) defende que, é pertinente, neste caso, apontar problemas, sugerir soluções por meio de experiências de personagens e fontes, ou seja, ser um canal aberto para discussões.

Para Bonfim (2013), a democracia tem como base a possibilidade de escolha, portanto, antes de uma informação ser noticiada, é necessário dar um passo atrás e constatar quais são os interesses que regem a produção e a distribuição de notícias no Brasil, isso deve ser feito de uma maneira imparcial e democrática, porém nem sempre é o que acontece. De acordo com Fernandes (2013), os meios de comunicação atuam democraticamente:



Destacando matérias de interesse público, tratadas nos conformes do jornalismo ó que existe como comunidade interpretativa. Organizando a pauta e o discurso em sintonia com o ãsentimento do mundoö, ou seja, os anseios da comunidade no tempo presente (FERNANDES, 2013, grifo do autor).

Ainda tratando do espaço dado ao tema na mídia brasileira, Akira (2013) acredita que essa não é função exclusiva dos veículos de comunicação, já que ãas entidades e pessoas interessadas, também precisam ser desencadeadoras destas demandasö. Para Félix (2013), ãa demanda é digna, mas ocorre que o espaço nos meios de comunicação é muito concorridoö. Para a jornalista uma solução possível para preencher essa lacuna seriam veículos e canais de comunicação próprios e específicos.

Quanto à recorrência da cobertura do assunto no jornalismo diário, Fernandes (2013) acredita que há um aumento notável e que existem pessoas nas redações que promovem o tema. ãOs interesses individuais se sobrepõem aos coletivos. Esse é um fenômeno mundialö. O jornalista afirma ainda que: ão jornalismo, nascido para lidar com o interesse público, padece ao tentar ouvir tantas vozes, e se não o fizer, perde públicoö.

Em uma perspectiva mais individual, relacionada à contribuição de cada um enquanto jornalista para que a sociedade conheça seus direitos e benefícios, Fernandes (2013), afirma que sua atitude é a de sugerir, todas as semanas, pautas e, mesmo sabendo que suas sugestões não serão utilizadas integralmente, acredita que assim mantém os assuntos, que julga importante em discussão.

Quando se trata das políticas públicas para a pessoa com deficiência e da possibilidade dos meios de comunicação de cobrar do poder público que elas sejam colocadas em prática, Fernandes (2013) acredita que o jornalismo não deve assumir a postura de vigiá-los e que ãoutras camadas de leitura e de contato com o público precisam ser desenvolvidasö.

Dessa forma, foi constatado que o tema políticas públicas está presente na produção das reportagens que têm o cunho de serviço/utilidade pública, porém, a deficiência auditiva não é assunto recorrente. Resposta a tal realidade se dá ao fato de que existem muitas outras abordagens que também são de interesse público. Por isso, ao realizar uma escolha e seleção do que será pautado e publicado, alguns temas são excluídos, mas não necessariamente porque não possuem importância.



Em relação ao conhecimento acerca das políticas públicas para a pessoa com deficiência, todos os entrevistados afirmaram que acompanham a temática. Além disso, devido à profissão que exercem, julgam necessário estarem informados acerca do assunto. Porém, cabe ressaltar a jornalista Rosana Félix, uma das entrevistadas, diz conhecer apenas as questões mais debatidas e pontuais.

Dentre os cinco entrevistados, três já realizaram reportagens que envolvem os deficientes auditivos, porém não necessariamente retratando as políticas públicas voltadas a eles, bem como este grupo não foi, em um dos casos, personagem único da reportagem. Os demais entrevistados já trataram as políticas públicas, mas não especificamente para este público.

Quando questionado sobre a viabilidade de aplicar na produção diária de notícias a perspectiva do jornalismo cívico, Fernandes (2013) acredita que é uma alternativa possível, mas complementa que:

O jornalismo cívico no Brasil se confunde de forma tola com o jornalismo popular. Acha-se que jornalismo cidadão é ouvir as pessoas. Caímos no vazio. Temos de ouvir a sociedade organizada, ouvir quem tem o que dizer, apontar caminhos. Isso é jornalismo cívico. O resto é populismo. Jornalismo é informar, repassar conhecimento. Se ele estiver entre os populares, ótimo. Se estiver entre os cientistas, é a eles que devemos recorrer (FERNANDES, J. 2013).

Já para Bonfim (2013), é uma utopia acreditar que a grande mídia dará espaço para tal forma de jornalismo e que a execução só é possível se for realizada por jornais de bairro, desde que os envolvidos estejam comprometidos em atender aos interesses da comunidade onde estão inseridos.

Em concordância com José Fernandes (2013), Simas (2013) afirma que esta é uma busca constante do jornalismo, porque os jornalistas procuram ouvir a comunidade em vários momentos, a todo tempo, porém, não há como saber se realmente estamos nos aproximando ou não deles. Segundo a entrevistada, atualmente o jornalismo se aproxima muito disso e, conseqüentemente, coloca em prática o jornalismo cívico.

Quando questionado sobre uma forma diferente de disseminar informações, Bonfim (2013) afirma que os comunicadores estão caminhando para isso, se baseando



em formas de produção de conteúdo que vão além da convencional e tradicional de comunicação.

A internet está dando a possibilidade de produção de conteúdo pela população, o que pode ser constatado pelo crescimento do número de blogs. O texto que é produzido pelo leitor comum pode ser uma saída mais interessante de democratizar a comunicação, do que uma reforma muito profunda nos demais meios de comunicação. Isso é necessário, porém, pode levar um bom tempo para ocorrer (BONFIM, 2013).

No que diz respeito à produção de conteúdo pela população, Bonfim (2013) defende que é necessário haver uma mudança de olhar em relação ao leitor e a relação que ele tem com outros blogs. Segundo o jornalista, o blog ainda não atingiu o status de meio de comunicação confiável e essa característica existe apenas nos que possuem um escritor que já é conhecido, o que faz com que a credibilidade seja atrelada a quem está escrevendo e não ao veículo em si.

Dessa forma, compreende-se que a internet surge como um dos caminhos viáveis para a prática de jornalismo, já que é um ambiente onde os cidadãos têm a possibilidade de manter contato com diferentes atores sociais e, principalmente, podem expressar suas opiniões.

Considerações finais

Assim como apontam Bonetti (2011) e Teixeira (2002) a participação da sociedade, representada pelos movimentos sociais e ONGs, é fundamental no sentido de cobrar do poder público seus direitos garantidos por Lei. Para tanto, os meios de comunicação representam um espaço tanto de informação quanto de cobrança, dado seu alcance.

Porém, ao realizar as entrevistas junto aos jornalistas, a maioria há anos no mercado de trabalho foi possível constatar que existe uma carência de reportagens produzidas sobre o assunto.

Observando o tratamento dado às políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, pelos meios de comunicação, é possível constatar que existe a preocupação por parte dos jornalistas em trazer a temática para os jornais. Porém, nem todas as pautas sugeridas são, de fato, transformadas em reportagens.

Mas há um quesito primário envolvendo essa questão, anterior à discussão de falar ou não de política pública, existe outro contexto. Trata-se da formulação das ações



públicas, que envolvem diferentes grupos de interesse, sejam estes órgãos públicos, entidades representativas, grandes corporações, e ainda, determinada parcela da sociedade.

Entre os entrevistados algumas opiniões partem da premissa de que os meios de comunicação devem estar atentos também durante esse processo de formulação, como agente fiscalizador, além de cobrar que sejam, depois de aprovadas pelo legislativo, colocadas em prática para que beneficiem a população.

Há ainda, os que divergem e acreditam que não se pode esperar que os meios de comunicação sejam os únicos responsáveis por tal atitude, e que a sociedade civil e organizada deve estar atenta, e exigir respostas junto ao poder público.

O jornalismo cívico, ao mesmo tempo em que traz a tona uma necessidade real na prática do jornalismo diário, surge como um caminho possível, buscando ouvir a comunidade, seus problemas e anseios. Para tanto, é necessário que os profissionais da comunicação atuem como agentes propagadores destes assuntos. Ainda neste contexto, os veículos tendem a se beneficiar uma vez que estarão mais próximos das pessoas.

REFERÊNCIAS

ÂMBITO JURÍDICO. **Mercado de trabalho e pessoa com deficiência**, Exame do artigo 93 da Lei nº 8.213/91. 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11955>. Acesso em: 15 maio 2013.

AKIRA, Mario. **O modo com os jornalistas divulgam as políticas públicas na produção das reportagens**. Curitiba, 12 maio 2013. 4 f. Digitado. Entrevista concedida à Aline Przybysewski.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17436&Itemid=817>. Acesso em: 08 maio 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.039, de 07 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6039.htm>. Acesso em: 08 maio 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008. **Diário Oficial**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6523.htm>. Acesso em: 08 maio 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Ministério da Saúde**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 15 mar. 2013.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **BPC no Cadastro Único**. 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/gestor/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada/?searchterm=bpc>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Programas e Ações. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 08 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com deficiência. **O que é o CONADE?**. 2013. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade-0>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde - SUS**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/atensaudecomdefic.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2013.

BRASIL. Portaria nº 1.060, de 05 de junho de 2002. **Ministério da Saúde**, Brasília, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis./gm/2002/prt1060_05_06_2002.html>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Portaria nº 1.278, de 20 de outubro de 1999. **Ministério da Saúde**, Brasília, 1999. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1278_20_10_1999.html>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Portaria nº 2.073, de 28 de setembro de 2004. **Ministério da Saúde**, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-2073.htm>>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Sobre a Secretaria**. 2013. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sobre-a-secretaria>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BEM PARANÁ. **A partir de 17 de junho, Jornal do Estado passará a se chamar Jornal Bem Paraná**. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/256644/a-partir-de-17-de-junho-jornal-do-estado-passara-a-se-chamar-jornal-bem-parana>>. Acesso em: 29 março 2014.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 3. ed. Rio Grande do Sul: UNJUÍ, 2011.

BONFIM, Rafael. **O modo como os jornalistas divulgam as políticas públicas na produção das reportagens**. Curitiba, 12 maio 2013. 7 f. Digitado. Entrevista concedida à Aline Przybysewski.



CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Políticas públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Ed. Cortez, 2008. cap. 1, p. 66-80.

FÉLIX, Rosana. **O modo com os jornalistas divulgam as políticas públicas na produção das reportagens**. Curitiba, 16 maio 2013. 4 f. Digitado. Entrevista concedida à Aline Przybysewski.

FERNANDES, José Carlos. **O modo com os jornalistas divulgam as políticas públicas na produção das reportagens**. Curitiba, 21 maio 2013. 4 f. Digitado. Entrevista concedida à Aline Przybysewski.

GRPCOM. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<http://www.grpcom.com.br/unidades/gazeta-do-povo.html>>. Acesso em: 29 de março 2014.

IBGE. **Censo demográfico 2010**, Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. **CAOIPPD ó Área da Pessoa Portadora de Deficiência**. Paraná, 2013. Disponível em: <<http://www.ppd.caop.mp.pr.gov.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. CAOIPPD ó Área da Pessoa Portadora de Deficiência. **O que é o SICORDE?**. Paraná, 2013. Disponível em: <<http://www.ppd.caop.mp.pr.gov.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência ó COEDE**. Paraná, 2013. Disponível em: <<http://www.justica.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 13 maio 2013.

SIMAS, Anna. **O modo com os jornalistas divulgam as políticas públicas na produção das reportagens**. Curitiba, 03 jun 2013. 4 f. Digitado. Entrevista concedida à Aline Przybysewski.

SOLIANI, André. Siga o dinheiro: orçamento e a cobertura das políticas públicas. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008. cap. 4, p. 156-167.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 08, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 02 maio 2013.